

1S06 | Contador

Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchidos e assinados.



14 de dezembro



40 questões



8 às 11h



3h de duração*

Preencha abaixo o seu nome completo de forma legível (não abrevie o primeiro e o último nomes)

nº de ordem

<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>

Observações

Para prestar a Prova Escrita com questões objetivas, o candidato receberá um **caderno de questões** e um **cartão-resposta**, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do certame envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de provas, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta azul ou preta, seguindo as instruções nele contidas.

As provas serão corrigidas exclusivamente com base nas marcações do cartão-resposta, sendo desconsideradas quaisquer anotações realizadas no caderno de questões.

O caderno de provas não será disponibilizado ao candidato e será descartado após o término do período recursal.

O preenchimento do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no cartão que não será substituído por erro do candidato.

Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões. Os três últimos candidatos que restarem na sala de prova só poderão entregar as provas simultaneamente.

Língua Portuguesa

10 questões

Texto 1

Leia com atenção a tradução feita por Paloma Vidal do poema de Tamara Kamenszain no livro *O eco da minha mãe*:

*Não posso narrar.
Que pretérito me serviria
se minha mãe já não me tece?*

*Desencaminhada então eu me detenho
ante um estado de coisas presente demais:
ser a descuidada que cuida dela
enquanto outros a descuidam por mim.*

*São pessoas que me sobram
e a gramática se torna um escândalo
quando ela que esqueceu as palavras
adianta seu bebê furioso
a fim de dizer tudo
mesmo que nada se entenda.*

KAMENSZAIN, Tamara. *O gueto / O eco da minha mãe*. Tradução de Paloma Vidal e Carlito Azevedo. Edição bilingue. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 77.

1. Neste poema do texto 1, os versos que dizem “São pessoas que me sobram / e a gramática se torna um escândalo / quando ela que esqueceu as palavras / adianta seu bebê furioso / a fim de dizer tudo / mesmo que nada se entenda” têm como objetivo expressar que:

- existe muita rigidez nas normas gramaticais exigidas pela escola.
- a fala materna tende a ser amorosa, sendo assim, é sempre difícil de ser expressa pela linguagem.
- o ser humano perde a vontade de se expressar quando perde o domínio das palavras.
- há experiências e pensamentos que não cabem inteiramente nas palavras, tornando a linguagem incapaz de traduzir com exatidão tudo o que o eu sente.
- só é possível atingir um nível de compreensão da fala do outro a partir do uso de uma gramática normativa.

2. No texto 1, em “Desencaminhada então eu me detenho”, o termo “Desencaminhada” desempenha a função sintática de:

- Aposto explicativo.
- Predicativo do sujeito “eu”.
- Sujeito do verbo “detenho”.
- Adjunto adverbial de modo.
- Objeto direto de “detenho”.

3. Considere os versos do poema apresentado no texto 1 e assinale a alternativa em que a pontuação empregada segue a Norma Culta Padrão e não altera o sentido original do enunciado.

- Desencaminhada então, eu me detenho [...]
- Não posso narrar que pretérito me serviria, se minha mãe já não me tece?
- São pessoas, que me sobram, e a gramática se torna um escândalo.
- Desencaminhada, então eu me detenho ante, um estado de coisas presente demais.
- quando ela, que esqueceu as palavras, adianta seu bebê furioso [...]

4. Leia os versos do poema apresentado no texto 1.

*“Ser a descuidada que cuida dela
enquanto outros a descuidam por mim.”*

Assinale a alternativa **correta** em relação ao verso.

- O pronome “por mim” funciona como pronome reflexivo indireto, reforçando o sujeito “eu”.
- Em “a descuidam” o “a” faz papel de artigo definido.
- O pronome “dela” é um pronome oblíquo átono que funciona como objeto direto do verbo “cuidar”.
- O pronome “a”, em “a descuidam” é um pronome oblíquo átono, que se refere à mãe da voz poética do texto.
- Os pronomes “dela” em “cuida dela” e “a” em “a descuidam” referem-se a sujeitos distintos, gerando ambiguidade que compromete a coesão dos versos.

5. Considerando as orientações presentes no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa **correta** acerca do uso de “Att.” e “Atenciosamente” no fecho de e-mails profissionais na administração pública.

- a. Atenciosamente deve ser preferido, pois é o fecho padrão em comunicações oficiais.
- b. Att. e Atenciosamente são equivalentes e devem ser usados indistintamente, segundo o manual citado, desde que acompanhados da assinatura do remetente.
- c. Att. é a forma recomendada em e-mails oficiais, enquanto o uso do Atenciosamente diz respeito às correspondências impressas.
- d. Ambas as formas são consideradas incorretas em comunicações oficiais, devendo-se utilizar Cordialmente.
- e. O uso das duas formas é opcional, podendo ser substituído por outras palavras de escolha daquele que redigiu o e-mail, desde que priorize a formalidade do documento.

6. De acordo com as normas de grafia de cargos com nomes compostos previstas no Manual de Redação da Presidência da República e segundo o uso do hífen estabelecido pelo último Acordo Ortográfico, assinale a alternativa em que **todas** as expressões estão corretamente grafadas.

- a. Primeiro Ministro • Tenente Coronel • Vice-presidente • editor-chefe
- b. Primeira Dama • Primeiro Ministro • Capitão de mar e guerra • Ex diretor
- c. relator-geral • tenente-coronel • vice-presidente • primeira-dama
- d. editor-chefe • capitão-tenente • primeira dama • diretor adjunto
- e. ex-diretor • vice-coordenador • Vice Presidente • Primeiro Secretário

7. A respeito do uso ou não do hífen, assinale a alternativa que apresenta as palavras escritas em grafia condizente ao último Acordo Ortográfico.

- a. co-autor • microondas • para-olímpico
- b. co-orientador • auto-estima • ultrassom
- c. auto-avaliação • antiinflamatório • panamericano
- d. contrargumento • vaga-lume • super-herói
- e. minissaia • autorretrato • contra-ataque

Texto 2

A seguir, leia alguns trechos da canção Se avexe não, de Tássia Reis, e, com base neles, responda às questões 8 a 10.

*Se avexe não
Não chore
Nem se demore nesta dor
Porque acalanto do seu coração
Está vindo e é tão lindo
Quanto esta canção*

[...]

*Só sorri quando quero chorar
Isso não foi difícil aprender, mas
Desaprendo pra algo mudar
E assim eu me fortalecer*

*Me permito desmoronar
Desaguar todo entristecer
Pra que seja possível curar
Me amar e me prevalecer*

*Pra quando um amor chegar
Enxergar e não desfalecer
Sem alguns dos seres desfrutar
De uma fonte de um belo querer*

[...]

REIS, Tássia. Se avexe não. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/tassia-reis/se-avexe-nao/significado.html>. Acessado em: 29/10/2025.

8. Sintaticamente, no verso “Me permito desmoronar”, há quantos objetos?

- a. Nenhum objeto, pois o verbo é intransitivo e a forma reflexiva apenas reforça o sujeito.
- b. Um objeto, já que o verbo “permitir” exige apenas um complemento, representado por “desmoronar”.
- c. Dois objetos, que estão representados pelo “me” e por “desmoronar”.
- d. Dois objetos indiretos, porque ambos os termos dependem de preposição implícita.
- e. Três objetos, considerando o verbo “permitir” e suas formas reflexivas como complementos distintos.

9. No texto 2, nos versos da canção de Tássia Reis, o eu lírico declara:

*“Só sorri quando quero chorar
Isso não foi difícil aprender, mas
Desaprendo pra algo mudar”*

Para que o ato de “desaprender” mencionado na canção se torna essencial no processo de transformação pessoal da voz poética?

- a. Para poupar os outros do incômodo de testemunhar seu sofrimento, mantendo a tristeza restrita à esfera privada.
- b. Para permitir que o contato autêntico com um sentimento real sirva como etapa necessária para um processo de cura e fortalecimento interno.
- c. Para eliminar de vez a tristeza, visto que ela se mostra um obstáculo à conquista da felicidade plena.
- d. Por acreditar que a expressão sincera de sentimentos é um sinal de fraqueza que deve ser superada, desaprendida.
- e. Com o objetivo do eu lírico resolver-se consigo mesmo de maneira privada, sem misturar a vida pública do que é íntimo.

10. O primeiro verso da canção, “Se avexe não”, introduz imediatamente uma marca de oralidade que nos reporta a um estilo de variação linguística amplamente praticada em território brasileiro.

Analisando o contexto social e geográfico de uso dessa expressão, qual é o principal papel que ela cumpre na caracterização da linguagem da música?

- a. O uso de “avexe” no contexto dessa música atua como variação diatópica.
- b. O verso exemplifica um uso de variação especificamente diageracional do falante.
- c. A construção do verso é determinada exclusivamente pela formalidade do registro. Sendo “avexe” um termo considerado uma variação diastrática.
- d. O termo ilustra uma evolução histórica da língua. Sua presença na canção indica uma forma linguística que era comum no Brasil Colônia, mas que atualmente não possui mais uso nas diferentes regiões brasileiras, tratando-se de uma variação diacrônica.
- e. O uso de “Se avexe não” é uma criação individual da artista Tássia Reis, configurando o termo “avexe” como neologismo.

Legislação Municipal

10 questões

11. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Joaçaba, analise as afirmativas abaixo sobre o Conselho do Município.

1. O Conselho é o órgão superior de consulta do Prefeito, com participação somente do Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara Municipal e dos Secretários Municipais.
2. Compete ao Conselho pronunciar-se sobre questões relevantes de interesse do Município.
3. Os membros do Conselho do Município não serão remunerados.
4. O Conselho será convocado pelo Prefeito, no mínimo bimestralmente, ou sempre que entender necessário.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

12. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba (Lei Complementar nº 76, de 2003, com suas alterações posteriores).

- a. São requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros, a nacionalidade brasileira, a idade mínima de dezesesseis anos e aptidão física e mental.
- b. São formas de provimento de cargo público apenas a nomeação, a readaptação e a reintegração.
- c. A nomeação e a posse ocorrerão no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de convocação, podendo efetivar-se a posse mediante procuração específica.
- d. O concurso público terá validade de até 3 (três) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- e. A nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de provimento efetivo e para cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

13. Conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Joaçaba, compete ao Município instituir os seguintes tributos:

1. Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).
2. Contribuição de Melhoria, decorrente de obra pública.
3. Contribuição para Custeio de Sistemas de Previdência, Saúde e Assistência Social.
4. Contribuição para os Serviços de Iluminação Pública (COSIP).

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

14. Analise as afirmativas abaixo com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba (Lei Complementar nº 76, de 2003, com suas alterações posteriores).

1. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.
2. Constituem indenizações ao servidor as diárias, o transporte e o adicional de produtividade.
3. As indenizações incorporam-se ao vencimento ou provento do titular para qualquer efeito.
4. As gratificações nunca se incorporam ao vencimento ou provento.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 1.
- b. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

15. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Complementar nº 211, de 2011, com suas respectivas atualizações, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Joaçaba.

- a. É permitida a acumulação de diversas progressões por titulação.
- b. O servidor que completar 15 anos de serviço público ao Município de Joaçaba fará jus ao adicional de 25%, calculado sobre o salário-base.
- c. Será concedido aos servidores efetivos, há cada 3 anos, adicional à razão de 2% sobre o salário-base.
- d. A progressão por titulação é uma vantagem pecuniária permanente, incorporando-se ao salário base do servidor.
- e. O desenvolvimento nas carreiras em geral do servidor dar-se-á por meio da progressão vertical.

16. Nos termos da Lei Complementar nº 76, de 2003, com suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, é **correto** afirmar:

- a. Recondução é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro de pessoal.
- b. Remoção é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- c. Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- d. Reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.
- e. Redistribuição é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada por junta médica oficial.

17. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, assinale a alternativa **correta** a respeito do Poder Legislativo.

- a. Cada legislatura terá a duração de 02 (dois) anos, compreendendo, cada ano, 01 (uma) Sessão Legislativa.
- b. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente em sessão legislativa anual de 01 de janeiro a 31 de dezembro.
- c. O processo Legislativo compreende, dentre outros, as leis complementares, as leis ordinárias, as medidas provisórias e os tratados internacionais.
- d. Compete à Câmara Municipal, independentemente de sanção do prefeito, autorizar a concessão de serviços públicos.
- e. Os Vereadores são invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

18. Analise as afirmativas abaixo nos termos da Lei Complementar nº 211, de 2011, com suas respectivas atualizações, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Joaçaba.

1. A avaliação de desempenho será considerada positiva, e ensejará a progressão horizontal, se o servidor obtiver os conceitos "Regular", "Bom" ou "Excelente".
2. Não é permitido o acúmulo de mais de uma função de confiança no âmbito da Administração Direta.
3. É vedada a passagem do servidor de um cargo para outro, salvo aprovação em novo concurso público.
4. Os empregos públicos serão regidos pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, não se aplicando aos mesmos as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

19. Com fundamento na Lei Orgânica do Município de Joaçaba, é de competência privativa do Município:

- a. proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, e ao esporte.
- b. proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- c. fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- d. fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais.
- e. combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social.

20. Com base na Lei Complementar nº 211, de 2011, com suas respectivas atualizações, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Joaçaba, analise as afirmativas sobre a "formação continuada".

1. Existem 5 modalidades de formação continuada.
2. A formação de "atualização" objetiva dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente capacitado.
3. As chefias de todos os níveis hierárquicos não participarão dos programas de formação continuada.
4. A formação de "integração", tem como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, por meio de informações sobre a organização e o funcionamento do Poder Executivo da Administração Direta.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

Conhecimentos Específicos

20 questões

21. De acordo com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPCs), o ajuste a valor presente (AVP) é exigido:

- a. Apenas para aplicações financeiras realizadas pela entidade pública, sem considerar outras transações ou operações presentes no balanço patrimonial do exercício.
- b. Exclusivamente para instrumentos de dívida identificados em contratos formais, não sendo exigido para ativos e passivos de natureza distinta da financeira.
- c. Somente nos casos em que houver inflação relevante ou alteração significativa do poder de compra da moeda nacional na data de apuração contábil da operação.
- d. Para operações de longo prazo, bem como para aquelas de curto prazo cujos valores sejam considerados relevantes para as demonstrações contábeis, seguindo critérios estabelecidos pelas normas específicas.
- e. Para vendas parceladas de bens e serviços, deixando de ser aplicado a outros tipos de contratos ou operações financeiras formalizadas pela entidade.

22. Com relação ao tema contabilidade de custos, especificamente sobre o método de custeio por absorção, é **correto** afirmar que:

- a. Considera apenas os custos variáveis no cálculo do custo dos produtos, desconsiderando todos os custos fixos de produção.
- b. Desconsidera os custos indiretos de produção, atribuindo apenas custos diretos na apuração do custo do produto elaborado no período.
- c. Apropria todos os custos de produção aos produtos gerados, englobando custos fixos e variáveis.
- d. Reconhece custos exclusivamente no momento em que são pagos, não apropriando valores antes do desembolso financeiro efetivo.
- e. Utiliza apenas critérios de rateio proporcionais para alocar custos, sem a necessidade de distinguir entre diferentes tipos de custos envolvidos na produção.

23. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 11ª edição, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é um:

- a. conjunto de leis de execução orçamentária.
- b. roteiro exclusivo da contabilidade financeira.
- c. manual destinado apenas às empresas estatais.
- d. instrumento facultativo para entes federados.
- e. instrumento de padronização das contas públicas.

24. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 11ª edição, o registro contábil da despesa pública sob o regime de competência (perspectiva patrimonial) deve ocorrer:

- a. Apenas quando é realizado o empenho e identificada a autorização para a despesa.
- b. No momento em que ocorre o fato gerador da obrigação, independentemente de ainda não haver pagamento.
- c. Somente quando for concluída a etapa de liquidação da despesa pública prevista na execução orçamentária.
- d. Após a realização do pagamento efetivo da obrigação assumida pela administração.
- e. No encerramento do exercício financeiro, quando são apurados os saldos contábeis finais.

25. A inscrição de despesas em restos a pagar não processados no exercício de 2024, no valor de R\$ 200,00, indica que:

- a. No exercício de 2024 foram empenhadas despesas em valor igual ou superior a R\$ 200,00, porém este valor não foi liquidado nem pago até o final do citado exercício.
- b. No exercício de 2024 ocorreu a abertura de créditos adicionais que somaram R\$ 200,00, utilizando saldo de restos a pagar de exercícios passados.
- c. No exercício de 2024 foram pagos valores referentes a despesas de exercícios anteriores em montante superior a R\$ 200,00.
- d. No exercício de 2024 foram liquidadas despesas em valor exatamente igual a R\$ 200,00, mas nenhum pagamento foi realizado até o término do referido exercício.
- e. No exercício de 2024, apesar de terem sido liquidadas despesas acima de R\$ 200,00, o total empenhado no ano em referência foi inferior a R\$ 200,00.

26. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 11ª edição, a reavaliação de ativo imobilizado no setor público (quando aplicável) deve ser:

- a. Efetuada somente nos casos de alienação do bem, independentemente do valor justo ou do valor registrado no balanço patrimonial.
- b. Realizada quando o valor justo de um ativo diferir materialmente do valor contábil registrado na entidade, buscando a correta representação patrimonial.
- c. Considerada vedada conforme a Lei nº 4.320/1964, não sendo permitida em nenhuma situação pela administração pública.
- d. Feita automaticamente a cada ano em todas as entidades públicas, sem a necessidade de análise sobre valor justo ou materialidade.
- e. Adotada de forma restrita apenas para bens classificados como culturais, ficando vedada para outros tipos de ativos.

27. Assinale a alternativa **correta** sobre a imunidade tributária.

- a. Trata-se de limitação constitucional ao poder de tributar, instituída pela Constituição Federal, que impede a aplicação de certos tributos sobre determinadas pessoas, bens ou situações.
- b. É espécie de isenção concedida por lei ordinária, caracterizando uma dispensa de tributo determinada por ato infralegal e passível de alteração legislativa a qualquer tempo pelo poder competente.
- c. Constitui suspensão temporária do crédito tributário, permitindo que a obrigação fiscal fique sem exigibilidade em período definido por norma específica expedida pela autoridade tributária.
- d. É renúncia de receita administrativa, formalizada por ato unilateral do gestor público, sem respaldo expresso em previsão constitucional ou legal específica.
- e. Trata-se de benefício fiscal dependente de regulamentação infralegal, condicionado à edição de normas administrativas e regulamentares editadas pelo ente federativo.

28. De acordo com a estrutura das contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) vigente, a classe 5 representa:

- a. Passivo.
- b. Controles devedores.
- c. Variações patrimoniais diminutivas.
- d. Controles da execução do planejamento e orçamento.
- e. Controles da aprovação do planejamento e orçamento.

29. De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador (NBC PG 01/2019), o contador, quando tiver conhecimento de eventual circunstância adversa que possa gerar riscos e ameaças ou influir na decisão daqueles que são usuários dos relatórios e serviços contábeis como um todo, deve:

- a. Omitir-se para preservar o sigilo profissional.
- b. Relatar apenas verbalmente ao cliente ou ao empregador.
- c. Comunicar, em documento reservado, ao cliente ou ao empregador.
- d. Manter o assunto em sigilo absoluto, sem exceções.
- e. Publicar o fato imediatamente em jornal de grande circulação.

30. De acordo com as regras de lançamentos contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição, o registro regular e ordinário da liquidação da despesa orçamentária (considere que o fato gerador ocorreu antes do registro da liquidação) é feito, nas contas de natureza orçamentária, por meio de lançamentos da seguinte forma:

- a. Débito em "Crédito empenhado a liquidar" e crédito em "Crédito empenhado em liquidação".
- b. Débito em "Variação patrimonial diminutiva" e crédito em "Passivo circulante".
- c. Débito em "Crédito disponível" e crédito em "Crédito empenhado a liquidar".
- d. Débito em "Crédito empenhado em liquidação" e crédito em "Crédito empenhado liquidado a pagar".
- e. Débito em "DDR comprometida por liquidação" e crédito em "Crédito empenhado em liquidação".

31. De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição, a inscrição de Restos a Pagar Não Processados envolve registros em contas de natureza da informação:

- a. Patrimonial.
- b. Orçamentária.
- c. De controle apenas.
- d. Patrimonial e financeira.
- e. Financeira e de controle.

32. Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição, a conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos" é classificada na natureza da informação:

- a. Controle.
- b. Financeira.
- c. Patrimonial.
- d. Orçamentária.
- e. Extraorçamentária.

33. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição, a depreciação de bens móveis no setor público (quando aplicável) deve ser registrada:

- a. Apenas na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), sem envolvimento de contas patrimoniais ao longo do exercício contábil.
- b. Como ajuste em contas de controles devedores do órgão, evidenciando apenas valores para fins de acompanhamento contábil interno da administração pública.
- c. Em conta de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) em contrapartida de uma conta retificadora do ativo imobilizado, conforme prevê o registro patrimonial desse procedimento no setor público.
- d. Como despesa orçamentária no momento do reconhecimento, afetando diretamente a execução orçamentária da unidade gestora responsável pelo bem.
- e. Como ingresso extraorçamentário vinculado à movimentação financeira, evidenciando recursos provenientes de alienação ou recebimento fora da execução orçamentária formal.

34. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) classifica fluxos em:

- a. caixa e competência.
- b. correntes e não correntes.
- c. circulantes e não circulantes.
- d. operacionais, patrimoniais e econômicos.
- e. operacionais, de investimento e de financiamento.

35. Assinale a alternativa **correta** sobre as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- a. O resultado financeiro do exercício é apurado no Balanço Financeiro e não se confunde com o superávit ou déficit financeiro do Balanço Patrimonial.
- b. Resultado financeiro e superávit/déficit financeiro são termos idênticos por definição legal, sem distinção quanto ao instrumento contábil que os apura.
- c. O resultado financeiro do exercício é sempre igual ao saldo de caixa final em qualquer circunstância, independentemente das demais movimentações financeiras executadas no período.
- d. O superávit financeiro é apurado no Balanço Financeiro, sendo desnecessária a análise do Balanço Patrimonial para identificar essa situação.
- e. Não há distinção entre o resultado apurado no Balanço Financeiro e aquele apurado no Balanço Patrimonial, uma vez que ambas as demonstrações trazem informações idênticas.

36. De acordo com as regras de lançamentos contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição, assinale a alternativa **correta**.

- a. Lançamentos de natureza patrimonial debitam e creditam somente contas das classes 1 e 2.
- b. Lançamentos de natureza patrimonial debitam e creditam somente contas das classes 3 e 4.
- c. Lançamentos de natureza orçamentária debitam e creditam somente contas das classes 5 e 6.
- d. Lançamentos de natureza de controle debitam e creditam somente contas das classes 5 e 6.
- e. Lançamentos de natureza orçamentária debitam e creditam somente contas das classes 7 e 8.

37. Assinale a alternativa **correta** sobre os registros da execução orçamentária sob a ótica do art. 35 da Lei nº 4.320/1964 (aspectos orçamentários) e os registros patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição (aspectos patrimoniais).

- a. O regime orçamentário legal impede evidenciação patrimonial, restringindo os registros contábeis apenas à ótica das receitas e despesas orçamentárias do exercício financeiro correspondente.
- b. Não há conciliação entre regimes, de modo que os registros patrimoniais e orçamentários são incompatíveis dentro da contabilidade aplicada ao setor público nacional.
- c. O MCASP elimina o regime orçamentário, substituindo integralmente as previsões legais por procedimentos exclusivos de registros patrimoniais.
- d. O regime orçamentário legal convive com a evidenciação patrimonial exigida por demonstrativos contábeis, sendo ambos observados simultaneamente na administração pública conforme determinações legais e normativas.
- e. A Lei nº 4.320/1964 impõe regime de caixa para a despesa, vedando a aplicação de outros critérios para registro das obrigações financeiras assumidas.

38. Sobre a integração entre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), assinale a alternativa **correta**.

- a. O PCASP é desconectado dos demonstrativos aplicados ao setor público, não permitindo compatibilização entre registros contábeis e DCASP.
- b. O PCASP não fornece informações para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), deixando de fornecer subsídios para a apuração de mutações patrimoniais nos entes públicos.
- c. O PCASP não contempla natureza orçamentária em sua estrutura, restringindo o registro aos aspectos patrimoniais das entidades públicas.
- d. O PCASP não admite contas de controle, limitando a escrituração apenas a contas patrimoniais e financeiras sem registros auxiliares de planejamento e execução.
- e. A estrutura do PCASP viabiliza a extração e consistência dos demonstrativos da Lei nº 4.320/1964.

39. Sobre a disciplina da decadência e da prescrição, prevista no Código Tributário Nacional – CTN (Lei 5.172/1966), assinale a alternativa **correta**.

- a. Não há disciplina de prazos para prescrição e para decadência relativos ao crédito tributário no ordenamento jurídico brasileiro.
- b. Não há prazo para prescrição previsto no CTN.
- c. Não há previsão de prazos decadenciais no CTN.
- d. O CTN prevê prazos de decadência e de prescrição em relação ao crédito tributário.
- e. Os prazos para prescrição e para decadência relativos ao crédito tributário são definidos pelos Estados.

40. De acordo com as regras de lançamentos contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição, o reconhecimento de provisões para riscos fiscais no setor público envolve os seguintes registros:

- a. Débito em conta do patrimônio líquido e crédito em conta de ativo.
- b. Débito em conta de Variação Patrimonial Diminutiva – VPD e crédito em conta de passivo.
- c. Crédito em conta de Variação Patrimonial Diminutiva – VPD e débito em conta de passivo.
- d. Crédito em conta de Ativo e débito em conta de passivo.
- e. Crédito em conta de passivo e débito em conta redutora de passivo.

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**

Utilize a grade ao lado para anotar as suas respostas.

Não destaque esta folha. Ao entregar sua prova, o fiscal irá destacar e entregar esta grade de respostas que você poderá levar para posterior conferência.



GRADE DE RESPOSTAS

1		1506 Contador	21	
2			22	
3			23	
4			24	
5			25	
6			26	
7			27	
8			28	
9			29	
10			30	
11			31	
12			32	
13			33	
14			34	
15			35	
16			36	
17			37	
18			38	
19			39	
20			40	



Concurso Público

EDITAL 001/2025 MUNICÍPIO DE JOAÇABA



